Processo TC 017.768/2014-4 (com 25 peças)
Tomada de Contas Especial

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial instaurada contra o sr. José Wilame Barreto Alencar, ex-prefeito de Mombaça/CE (gestão 2009-2012), em razão de irregularidades na execução do Convênio 704541/2009 (Siafi 704541), firmado entre a União, por intermédio do Ministério do Turismo, e o referido município.

O objeto do mencionado acordo consistia em incentivar o turismo, por meio do apoio à realização do projeto intitulado “Festival da Juventude”, a ser realizado nos dias 27 e 28.8.2009, mediante recursos financeiros da ordem de R\$ 300.000,00 da parte da concedente, bem como R\$ 15.000,00 da parte do conveniente, conforme se verifica no termo de convênio (peça 1, pp. 37/71).

Os recursos federais foram liberados por meio de uma única ordem bancária, de 15.10.2009 (peça 3, p. 6) e creditados na conta específica em 16.10.2009 (peça 1, p. 149).

A vigência do instrumento estendeu-se de 21.8.2009 a 28.11.2009, tendo como prazo final para apresentação da prestação de contas o dia 28.11.2009.

Ante a inércia do responsável em relação à sua obrigação de prestar contas dos recursos recebidos, o Ministério do Turismo promoveu sua notificação por meio do Ofício 2047/2009, de 28.12.2009 (peça 1, pp. 115/7) e do Ofício 464/2010, datado de 1.3.2010 (peça 1, p. 119), a apresentar a prestação de contas final do convênio citado.

Em março de 2010, o sr. José Wilame Barreto Alencar encaminhou a prestação de contas (peça 1, pp. 121/297), porém, incompleta.

O ex-prefeito foi, por duas vezes, notificado a apresentar a documentação faltante, (peça 1, pp. 325/7 e peça 1, pp. 333 e 339), mas não se manifestou.

Ao final da fase interna da TCE, o concedente concluiu que o sr. José Wilame Barreto Alencar deveria ser responsabilizado pelo débito apurado no valor integral dos recursos federais repassados, deduzido o valor devolvido, em 10.3.2010, a título de saldo de convênio, no valor de R\$ 5.096,00 (peça 1, p. 147), em razão do não encaminhamento da documentação complementar apontada na Nota Técnica 0668/2012 (peça 2, pp. 29/39).

A unidade técnica, inicialmente, propôs que as contas do sr. José Wilame Barreto Alencar fossem julgadas regulares com ressalva, dando-lhe quitação (peça 5).

O Ministério Público de Contas, em intervenção anterior, divergindo da unidade técnica, propôs que fosse promovida a audiência do ex-prefeito em razão da sua omissão inicial no dever de prestar contas, bem como pela não apresentação dos seguintes documentos exigidos na prestação de contas (peça 6):

Ressalvas Técnicas	
Relatório de Cumprimento do Objeto	Encaminhar o relatório preenchido de acordo com o Plano de Trabalho aprovado, e preenchido de acordo com o modelo anexo ao site www.turismo.gov.br .

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCU
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

Relatório de Execução Físico-Financeira	Encaminhar o relatório preenchido de acordo com o Plano de Trabalho aprovado, e preenchido de acordo com o modelo anexo ao site www.turismo.gov.br .
Inserções em Rádio: - Chamada em emissoras de rádio da região-inserções com duração de 30 seg.	Encaminhar cópia em CDROM ou MP3, constando o nome e a logomarca do MTur e comprovante de veiculação na rádio contendo a programação prevista e o mapa de veiculação, com o valor, o “atesto” da rádio e o “de acordo” do convenente.
Material Promocional: - Cartaz de divulgação do evento, em papel couché 150g, impressão 4x4 (cores), inclusive arte final; - Folder de divulgação do evento, em papel couché 150g, impressão 4x4 (cores), inclusive arte final;	Encaminhar declaração de recebimento do material, explicitando a quantidade de unidades, com o nome legível, assinatura, cargo e CPF de quem recebeu.
Apresentações artísticas, musicais: - Banda Coquetel; - Desejo de Menina; - Banda Chicabana; - Forró Balancear; - Forró do Bom	Encaminhar fotografias/filmsagens ou matérias de repercussão pós-evento (publicação em jornais, revistas ou reportagens televisivas) de forma a comprovar a realização das apresentações artísticas no evento proposto. Ressalte-se que, no caso da comprovação por imagens, o material comprobatório deverá conter registros, em plano aberto, com a respectiva data e identificação (nome da banda) dos itens que se pretende comprovar, além de trazer elementos pelos quais seja possível verificar a execução física da ação especificamente na localidade e evento objeto do convênio.
Contratação de Serviços: - Carro de som para chamadas em cidades circunvizinhas (10 carros de som x 5dd x R\$ 400,00)	Encaminhar declaração individual do prestador de serviço com RG e CPF, discriminando a função exercida detalhada, o valor contratado e o período de execução, de acordo com o aprovado no Plano de Trabalho. Quando possível, enviar fotografias e/ou filmagem (show pirotécnico, segurança, limpeza - tudo inserido no contexto do evento).
Declaração de realização do evento	Encaminhar declaração do convenente, original e em papel timbrado, atestando a realização do evento.
Declaração de exibição do vídeo institucional	Encaminhar declaração do Convenente, original e em papel timbrado, atestando se houve ou não a exibição do vídeo institucional do MTur no evento.
Declaração de gratuidade	Encaminhar declaração do Convenente (com data posterior a realização do evento), original e em papel timbrado, atestando a gratuidade ou não do evento. Caso tenha havido venda de ingressos, enviar as despesas correspondentes à venda de ingressos devidamente convertidas para a consecução do objeto conveniado (conforme o que preconiza o relatório do Acórdão 96/2008 - Plenário - TCU). Caso tenha havido cobrança de valores, o convenente deverá demonstrar/apresentar: - A quantidade de ingressos vendidos; - A quantidade de participantes no evento; - O valor total arrecadado; - O valor de cada ingresso; - Notas Fiscais das despesas realizadas com o valor arrecadado; - Relação pormenorizada dos bens/serviços contratados com recursos arrecadados com cobrança de valores.
Declaração de existência de outros patrocinadores	Encaminhar declaração do Convenente, original e em papel timbrado, atestando ou não a existência de outros patrocinadores para o evento, caso tenha havido patrocínio deve ser informado o nome dos patrocinadores, além do montante arrecadado e as despesas custeadas.

Vossa Excelência destacou que (peça 7):

a) o presente processo decorreu da não aprovação das contas do Convênio 704.541/2009, e não da omissão no dever de prestar essas contas;

b) sem prejuízo da fiscalização exercida pelo órgão concedente, todo aquele que administra recursos públicos tem o dever constitucional e legal de demonstrar o correto emprego dos recursos federais recebidos mediante convênio ou instrumentos congêneres, nos termos do parágrafo único, do art. 70, da Constituição de 1988 e do art. 93 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;

c) o TCU, por meio do Acórdão 6.094/2013-2ª Câmara (TC 007.415/2013-3, Relação 30/2013, de 15/10/2013, Rel. Min-Sub. ALC), já havia determinado ao MTur que ultimasse a análise da prestação de contas do referido convênio, instaurando, inclusive, caso necessário, a devida tomada de contas especial.

Desse modo, determinou a citação do sr. José Wilame Barreto Alencar para que comprovasse a boa e regular aplicação da integralidade dos recursos do Convênio 704.541/2009, ante as irregularidades listadas no Relatório 17/2014 do MTur.

Citado por edital, depois de adotadas todas as medidas para a sua localização, o responsável não compareceu aos autos.

O Auditor responsável pelo feito, concluiu, então (peça 23):

“29. Como visto, tanto o relatório do Tomador de Contas, quanto o relatório de auditoria da CGU, concluíram pela existência de dano ao Erário Federal da ordem de R\$ 300.00,00, correspondente ao valor integral repassado à prefeitura, em razão do não encaminhamento da documentação complementar apontada na Nota Técnica 668/2012, de 20/8/2012 (peça 2, p. 29-39).

30. Dessa forma, concluímos que se mostra correto o cálculo do débito pelo valor total do recurso federal repassado, atualizado a partir da data de crédito da ordem bancária na conta específica, deduzido do montante recolhido a título de saldo de convênio, no valor de R\$ 5.095,00, em 10/3/2010.

31. Quanto à responsabilização, mostra-se correta a indicação do Sr. José Wilame Barreto Alencar, por ter sido o prefeito que celebrou e geriu os recursos do convênio (gestão 2009-2012)”.

Assim, a proposta do Auditor foi no sentido de (peça 23):

“I - considerar revel o Sr. José Wilame Barreto Alencar, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei 8.443/1992;

II - com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea ‘c’; e 19 da Lei 8.443/1992 sejam julgadas irregulares as contas do Sr. José Wilame Barreto Alencar (CPF 249.061.073-20), condenando o responsável ao pagamento das quantias indicadas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora a partir da respectiva data até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-lhes o prazo de 15 dias para que comprovem perante este Tribunal o recolhimento do débito aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea ‘a’, da mencionada Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea ‘a’, do Regimento Interno do TCU.

Tipo (D/C)	Data do lançamento	Valor original (R\$)
Débito	16/10/2009	300.000,00
Crédito	10/3/2010	5.095,00

III - com fulcro no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, aplicar, individualmente, ao responsável, a multa do art. 57 da mesma lei, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada desde a data do Acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo pagamento, caso quitada após o vencimento, na forma da legislação em vigor.

IV - autorizar a cobrança judicial da dívida caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

V - autorizar, desde já, caso requerido pelos responsáveis, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe(s) o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar(em) perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar(em) o(s) recolhimento(s) das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor;

VI - encaminhar cópia do acórdão que vier a ser prolatado, bem como do relatório e do voto que o fundamentarem, ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Ceará, para adoção das medidas que entender cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992”.

Essa proposta contou com a anuência do Diretor (peça 24).

O Secretário ponderou que (peça 25):

“No ofício de citação (peça 9), o responsável foi instado a apresentar justificativa *‘por não ter apresentado a prestação de contas do convênio dentro do prazo previsto no termo do ajuste, caracterizando omissão inicial no dever de prestar contas’*. Como ficou patente no Parecer do douto Ministério Público à peça 5 e no Despacho do Sr. Ministro Relator à peça 7 que a omissão era o fato mais grave imputado ao responsável, e não o possível dano decorrente do não encaminhamento da documentação complementar pelo responsável, que não restou sobejamente demonstrado, entendo que o deslinde mais apropriado seja a irregularidade das contas, mas sem imputação de débito, aplicando-se ao responsável a sanção da multa, por falta ao dever constitucional de prestar contas dos recursos públicos que lhe foram confiados”.

Desse modo, propôs (peça 25):

“I - considerar revel o Sr. José Wilame Barreto Alencar, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei 8.443/1992;

II - com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'a', da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e § 4º, 210, § 2º e 214, inciso III, do Regimento

Interno, julgar irregulares as contas do Sr. José Wilame Barreto Alencar (CPF 249.061.073-20), na condição de Prefeito de Mombaça/CE, e aplicar-lhe a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso I, do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do Acórdão a ser proferido, se for o caso, até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

III - autorizar a cobrança judicial da dívida caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

IV – autorizar, desde já, caso requerido pelo responsável, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor;

V - encaminhar cópia do acórdão que vier a ser prolatado, bem como do relatório e do voto que o fundamentarem, ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Ceará, para adoção das medidas que entender cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992”.

II

O Ministério Público de Contas anui à proposta do Secretário.

Apesar de os documentos da prestação de contas não comprovarem a execução do objeto, uma vez que falta a documentação acima relacionada, o relatório da vistoria *in loco* realizada nas datas do evento afirma que o objeto foi cumprido a contento e que todas as ações previstas no Plano de Trabalho foram concluídas (peça 1, pp. 89/113).

O Ministério Público de Contas reforça que “*de acordo com o entendimento jurisprudencial desta Corte, os relatórios de auditoria/inspeção contam com presunção de veracidade e legitimidade (v.g., Acórdãos 6.237/2012, 3.433/2012, 1.891/2006 - Primeira Câmara e 510/2005 - Segunda Câmara)*”. Assim, não há falar em inexecução do objeto.

Ainda sobre a prestação de contas, os documentos apresentados são suficientes para demonstrar o nexo causal entre o objeto realizado e os gastos efetuados.

Desse modo, não existe débito a ser imputado ao responsável.

No entanto, a instauração da presente TCE se deu em virtude da reprovação das contas pelo concedente, tendo em vista a não apresentação da documentação complementar exigida, irregularidade esta que permanece até o presente momento, uma vez que o ex-prefeito não atendeu às solicitações do concedente, bem como não apresentou alegações de defesa, depois de devidamente citado por este Tribunal.

Assim, é o caso de julgar suas contas irregulares e aplicar-lhe multa, nos moldes propostos pelo Secretário.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCU
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

III

Pelo exposto, o Ministério Público de Contas manifesta-se de acordo com a proposta à peça 25.

Brasília, em 28 de fevereiro de 2016.

Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador